



CAPÍTULO 6

QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

Natan Barbosa Juvenal dos Santos
Quilombo da Ilha de Marambaia
Rio de Janeiro – RJ
<https://orcid.org/0009-0000-8826-5457>

Lara Miranda Campbell
Quilombo da Ilha de Marambaia
Rio de Janeiro – RJ
<https://orcid.org/0009-0009-7950-2188>

RESUMO: O texto aborda a realização do projeto Refloresta Nascente que objetivava ser um marco no tocante à captação e à distribuição de água de modo eficiente no quilombo da Ilha da Marambaia. Seria um pontapé para se discutir a necessidade de se reflorestar as áreas próximas às nascentes, a partir do diálogo e parcerias com institutos ambientais, movimentos sociais, moradores e pesquisadores. O objetivo final do projeto visa mapear, tratar e reflorestar áreas desmatadas e nascentes da Ilha, promovendo a revitalização dos recursos hídricos e garantindo o abastecimento sustentável. Nesse sentido, o que foi feito até o momento é a Oficina Refloresta Nascente e o mutirão para instalação de duas caixas d'água em uma das nascentes da comunidade, resultados que apresentamos no presente texto.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo da ilha da marambaia; arquivar; projeto refloresta nascentes.

QUILOMBO OF MARAMBAIA ISLAND

ABSTRACT: This text discusses the implementation of the Refloresta Nascente project, which aimed to be a milestone in the efficient collection and distribution of water in the quilombo of Ilha da Marambaia. It would serve as a starting point for discussing the need to reforest areas near springs, based on dialogue and partnerships with environmental institutes, social movements, residents, and researchers. The project's ultimate goal is to map, treat, and reforest deforested areas and springs on the

island, promoting the revitalization of water resources and ensuring a sustainable supply. To this end, the Refloresta Nascente Workshop and the joint effort to install two water tanks at one of the community's springs have been implemented to date, the results of which are presented in this text.

KEYWORDS: MARAMBAIA ISLAND QUILOMBO; ARQIMAR; SPRINGS REFORESTATION PROJECT.

QUEM SOMOS?

Figura 1 – Bandeira da ARQIMAR



Fonte: Natan Barbosa, 2025.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

A Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, localizada em Itacuruçá, no litoral da Costa Verde, Mangaratiba (RJ), é marcada por uma trajetória de resistência, ancestralidade e profunda conexão com o território. Segundo os relatos reunidos

no documento Memórias da Ilha da Marambaia, a história da comunidade remonta ao período posterior a proibição do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil, quando descendentes de africanos escravizados permaneceram na ilha e construíram suas vidas a partir da terra, da pesca e da cultura oral.

A memória coletiva preservada pelos moradores aponta que os quilombolas da Marambaia descendem de uma mulher africana chamada Camila, figura central na narrativa identitária da comunidade. Essa ancestralidade é transmitida por meio de práticas culturais, festas, cantos e saberes que resistem ao tempo e às tentativas de apagamento.

Segundo a publicação *Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira*, publicada em 2015, o tráfico de africanos escravizados na região da Marambaia é documentado desde as primeiras décadas do século XIX. No entanto, a atividade teria aumentado substancialmente no Brasil a partir da Lei de 7 de novembro de 1831.

De acordo com Pereira et al. (2015), a região da Marambaia, distante do centro do Rio de Janeiro, mas próxima às fazendas de café do Vale do Paraíba, tornou-se um local estratégico para o tráfico ilegal. Foi nesse contexto que Joaquim José de Souza Breves (1804-1889), conhecido como o “Rei do Café” no Brasil Imperial, se tornou um dos homens mais ricos do território brasileiro. Sua carreira política teve início em 15 de agosto de 1830, quando recebeu do imperador D. Pedro I o título de comendador da Ordem da Rosa, em reconhecimento à sua “fidelidade ao monarca”. Esse título proporcionou a Breves um local para recebimento das pessoas escravizadas advindas do continente africano, “engordá-los” e depois enviá-los para suas fazendas no Vale do Paraíba e arredores, ou vendê-los a outros fazendeiros da região (Pereira et al., 2015).

Ainda de acordo com a publicação supracitada, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, reforçou-se as medidas de repressão ao tráfico de africanos para o Brasil, o que enfraqueceu a rede de tráfico articulada por Breves, que à época já era um famoso traficante de pessoas africanas escravizadas. Como resultado, a Marambaia perdeu importância para a família Breves e foi gradualmente abandonada. De acordo com o texto em análise, supõe-se que, após o fim do tráfico de escravos, a propriedade já não tinha mais uma finalidade específica, o que explica o abandono do local nas últimas décadas do século XIX.

Segundo o jurista Matheus de Oliveira Nascimento, após a abolição da escravidão, em 1888, a família Breves abandonou a ilha, deixando-a para os antigos escravizados que ali residiam. A comunidade se organizou em torno da pesca e da agricultura de subsistência, vivendo em posse pacífica do território. A terra foi posteriormente transferida para a União, que a adquiriu em 1905.

Em 1931, foi fundada a Colônia de Pescadores e, em 1941, a Escola de Pesca Darcy Vargas. Embora tenha trazido infraestrutura e oportunidades, a escola impôs uma tutela estatal aos pescadores, buscando transformá-los em “proletários do mar” (Nascimento, 2025).

O conflito se acirrou em 1971, durante a ditadura militar, quando a ilha foi transferida para o Ministério da Marinha, que instalou no local o Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CRCFN). A Marinha iniciou então um processo de expulsão dos habitantes da ilha, aplicando restrições de circulação, proibindo reformas e novas construções, e reprimindo manifestações culturais. As violações se agudizaram, com casos de violência e humilhação, e a instituição militar utilizou ações possessórias para criminalizar os moradores como invasores (Nascimento, 2025).

Ao longo das décadas, os moradores enfrentaram diversas formas de pressão institucional, especialmente com a presença da Marinha na Ilha, que restringia o acesso ao território e impunha limites à autonomia da comunidade. Em resposta a essas tensões, conforme consta no Mapa de Conflitos – Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil., no dia 19 janeiro de 2003, foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) que teve como primeiro presidente o sr. Dinonato de Lima Eugênio, dando início a organização da instituição, criada como instrumento de organização, representação e defesa dos direitos quilombolas .

A ARQIMAR fortaleceu a articulação interna dos moradores, promoveu o diálogo com instituições externas e passou a atuar na reivindicação de políticas públicas, na proteção ambiental e na valorização da cultura quilombola. Tornou-se uma voz legítima da comunidade, reconhecida em espaços institucionais e jurídicos.

A luta pelo reconhecimento oficial do território culminou em uma das maiores vitórias da comunidade: a titulação da Ilha da Marambaia como território quilombola, tornando-se um dos poucos casos no estado do Rio de Janeiro com esse reconhecimento formal. Esse processo foi resultado de anos de mobilização, denúncias, articulações com órgãos públicos e apoio de instituições parceiras.

Outro marco importante foi a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado no dia 27 de novembro de 2014. O TAC foi resultado de um processo de conciliação iniciado em 2002, com o objetivo de resolver conflitos fundiários entre a comunidade quilombola e a Marinha, que ocupa parte da ilha para atividades militares. Firmado entre Comunidade, Ministério Público Federal, União e Marinha, o TAC teve como objetivo garantir os direitos territoriais e culturais da comunidade. Ele estabeleceu compromissos legais para assegurar a permanência dos moradores, o respeito à sua organização social e à proteção das práticas tradicionais, como a pesca artesanal e o uso coletivo da terra.

Contudo, de outro lado, segundo Nascimento (2015) ao estabelecer a delimitação das áreas quilombolas e militares, se institucionalizou o controle militar e a fragmentação do território, não garantindo a totalidade dos direitos da comunidade. Nessa perspectiva, o documento não solucionou os problemas de violação de direitos, mas passou a ser utilizado pelo poder público para argumentar que a questão estaria resolvida.

1. ÁGUA

Como já mencionado, a Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, representa um dos poucos territórios quilombolas oficialmente titulados no estado do Rio de Janeiro. Apesar desse reconhecimento, os moradores enfrentam há décadas a ausência de políticas públicas efetivas e o acesso precário a serviços essenciais, especialmente, no que diz respeito ao abastecimento de água.

O abastecimento de água na comunidade depende exclusivamente de fontes naturais presentes no território, como nascentes e córregos. A água é captada diretamente da pedra da cachoeira por meio de mangueiras de borracha, sistema conhecido localmente como “sistema macarrão”. Essa prática é comum entre as famílias quilombolas, enquanto apenas a área ocupada pela Marinha possui infraestrutura de água encanada.

O principal critério adotado pela comunidade para o consumo da água é captar acima do nível das habitações, no intuito de evitar contaminações. No entanto, não há laudos técnicos que atestem a potabilidade da água, o que também por sua vez nunca gerou insegurança na comunidade quanto à sua qualidade para o consumo humano. Contudo, existe uma variação na qualidade da água doce entre as localidades (praias) da comunidade. Em algumas dessas localidades existe uma desconfiança sobre a efetiva potabilidade da água, a partir das constatações da qualidade da nascente e do aspecto visual da água.

Nesse sentido, destaca-se que a água, para uso doméstico e consumo humano, é utilizada em estado bruto, sem tratamento. A captação e distribuição são realizadas pelos próprios moradores, sem apoio de empresas públicas ou privadas ou cobrança de tarifas. A água é armazenada em caixas d’água individuais, ou compartilhadas e sua gestão depende da organização interna dos moradores de cada praia da comunidade.

Essa forma de captação e distribuição de água, embora baseada em saberes tradicionais e também na solidariedade entre os moradores, acabou por deixar as famílias quilombolas da Marambaia vulneráveis às variações climáticas, como o assoreamento e o pouco armazenamento de água. Em especial, durante os períodos de seca e alta temporada, quando a ilha recebe mais visitantes, a escassez de água se intensifica, tornando-se uma constante na vida dos moradores da comunidade.

A degradação histórica da área de morro, marcada por antigas plantações de café e cana-de-açúcar na época da Fazenda do Comendador Breves, somada às queimadas sazonais, contribuiu para a percepção da diminuição significativa do fluxo de água doce ao longo dos anos, sendo uma sensação partilhada pelas diferentes gerações de moradores locais.

Contudo, ressalte-se que apesar das dificuldades encontradas no dia a dia, a presença de diversas fontes de água é fundamental para a permanência da comunidade quilombola no território, assim como para a preservação de práticas tradicionais como o plantio e a pesca, por exemplo.

2. O PROJETO REFLORESTA NASCENTE

Como mencionado, existe uma dicotomia: de um lado, a relação com a água é marcada por um profundo respeito à natureza e aos valores culturais e, de outro, existe uma precariedade no acesso à água, a partir do enfrentamento sistemático de uma efetiva diminuição no fluxo das nascentes.

Atualmente, algumas medidas sustentáveis têm sido articuladas através de projetos pensados pelos próprios moradores em razão da problemática do uso dos bens hídricos. Com isso surge o projeto piloto “Refloresta nascentes”, o qual passamos apresentar.

No início, a realização desse projeto objetivava ser um marco no tocante à captação e à distribuição de água de modo eficiente na comunidade. Seria um pontapé para se discutir a necessidade de se reflorestar as áreas próximas às nascentes, a partir do diálogo e parcerias com institutos ambientais, movimentos sociais, moradores e pesquisadores.

O objetivo final do projeto visa mapear, tratar e reflorestar áreas desmatadas e nascentes da Ilha, promovendo a revitalização dos recursos hídricos e garantindo o abastecimento sustentável. Nesse sentido, o que foi feito até o momento é a Oficina Refloresta Nascente e o mutirão para instalação de duas caixas d’águas em uma das nascentes da comunidade - o que foi possível graças aos recursos adquirido através do Edital Ativa Comunidade da Política Nacional Aldir Blanc. Frise-se porém que, a partir da Diretoria de Projetos do ARQIMAR, está sendo articulada a possibilidade de continuidade do projeto.

A Oficina Refloresta Nascente foi realizada em maio de 2025, na Praia da Pescaria Velha no Quilombo da Ilha da Marambaia, reunindo diversas instituições e técnicos do setor de recursos hídricos para uma roda de conversa e um planejamento visando contribuir na construção de um projeto mais amplo em todo território.

Assim, a partir de um diálogo entre a comunidade local, técnicos e profissionais da área ambiental e universidade pública se concretizou uma troca de saberes tradicionais e científicos. Nesse sentido, buscou-se soluções viáveis para revitalização da nascente da água na comunidade, possibilitando que a equipe do projeto se debruçasse sobre as contribuições de todos na construção de uma proposta mais substancial de ação.

Anteriormente à oficina, foi realizado um mutirão em conjunto com os moradores da Praia Pescaria Velha, para instalação de duas caixas d'água para melhor captação e armazenamento de água, para servir como uma espécie de protótipo a ser replicado nas demais nascentes da ilha.

O projeto Refloresta Nascentes também atua na redução dos impactos sociais causados pela negligência estatal. Ao promover o reflorestamento e a proteção das nascentes, contribui para a segurança hídrica da comunidade, melhora as condições sanitárias e fortalece a autonomia territorial. Mais do que uma ação ambiental, o projeto é um gesto de resistência, cuidado e afirmação cultural.

Sabe-se hoje que a relação da comunidade com a água é profundamente simbólica: “água não é mercadoria, e o que vem da terra é de todos”. Essa perspectiva orienta não apenas o uso dos recursos naturais, mas também a construção de um futuro onde o direito à água seja garantido com respeito à cultura quilombola e à justiça socioambiental.

Figura 2 – Natan Barbosa Líder comunitário e coordenador do projeto refloresta nascentes ao lado do reservatório que capta água da nascente.



Fonte: Lara Miranda Campbell – 2025

3. SANEAMENTO

Na Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, não há saneamento básico nos moldes urbanos, como redes de esgoto conectadas a sistemas públicos de coleta e tratamento. Essa ausência histórica de políticas públicas voltadas para infraestrutura sanitária obrigou os moradores a desenvolver alternativas sustentáveis e comunitárias para lidar com os resíduos domésticos, em um esforço contínuo de adaptação e cuidado com o território.

A diversidade de soluções adotadas — que inclui biodigestores, fossas ecológicas e sistemas de evapotranspiração como a “fossa de bananeira” — reflete tanto a criatividade e o conhecimento tradicional da comunidade quanto a desigualdade de acesso à recursos, assistência técnica e financiamento. Em alguns casos, ainda persistem práticas inadequadas, como sumidouros ou descarte direto na natureza, evidenciando os riscos ambientais e sanitários que decorrem da negligência estatal.

A ausência de saneamento básico na Marambaia não é apenas uma questão técnica: é um reflexo da invisibilidade histórica das comunidades quilombolas nas políticas públicas. A luta por infraestrutura sanitária adequada é, portanto, também uma luta por reconhecimento, dignidade e justiça socioambiental. Trata-se de garantir não apenas o direito à saúde, mas o direito à permanência no território, à cultura e à autonomia.

As soluções desenvolvidas pela própria comunidade apontam que é possível construir modelos de saneamento sustentáveis e culturalmente apropriados, desde que haja apoio técnico, financiamento público e respeito às especificidades locais. O exemplo do Quilombo da Marambaia revela que o saneamento não só pode como deve ser pensado não apenas como obra de engenharia, mas como prática de cuidado com o território e com os comunitários.

3.1 Sistemas de Tratamento de Esgoto

A comunidade utiliza diferentes sistemas de tratamento, dependendo da época da construção das moradias e das condições locais:

- **Biodigestores:** São obrigatórios para todas as novas construções. Esse sistema transforma resíduos orgânicos em gás e fertilizantes, oferecendo uma solução ecológica e eficiente para o tratamento de esgoto, embora a comunidade utilize ainda apenas como uma forma de tratar o esgoto produzido.
- **Saneamento ecológico:** Algumas casas mais antigas adotam tecnologias sociais voltadas para o reaproveitamento e tratamento natural dos resíduos, como fossas sépticas com filtros biológicos e sistemas de evapotranspiração como fossa de bananeira.

- **Sistemas convencionais e inadequados:** Em certos casos, ainda é possível encontrar sumidouros e até descarte direto na natureza, o que representa um risco ambiental e sanitário para a comunidade e para o ecossistema local.

Como já mencionado, essa diversidade de soluções reflete tanto a criatividade quanto à desigualdade de acesso à recursos e assistência técnica, evidenciando a necessidade de apoio público para a universalização de sistemas sustentáveis.

Apesar das limitações estruturais no saneamento básico, a Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia conta com um serviço de coleta de lixo realizado semanalmente pela prefeitura de Mangaratiba. Esse serviço opera em condições bastante particulares, adaptadas à geografia e às dinâmicas sociais da ilha.

A coleta é feita por meio de *táxis boat*, embarcações que transportam os resíduos até o continente. O processo envolve a atuação direta de moradores da comunidade, que prestam serviço à administração municipal e assumem a responsabilidade pela coleta e acondicionamento dos resíduos sólidos nas praias. Essa participação ativa das famílias da Ilha reforça o protagonismo comunitário na gestão ambiental e valoriza o trabalho local como parte da construção de um território saudável e sustentável. Contudo, há de se destacar que não é realizada a coleta seletiva dos resíduos, isto é, a Prefeitura de Mangaratiba não faz a reciclagem dos resíduos gerados na comunidade.

Além disso, esse modelo de coleta enfrenta desafios logísticos significativos. A regularidade do serviço depende diretamente das condições climáticas e marítimas — chuvas intensas, maré alta ou ventos fortes podem impedir a navegação, atrasando ou inviabilizando a coleta. Em períodos críticos, como o verão ou em semanas de ressaca, o acúmulo de lixo pode comprometer a saúde pública e a qualidade ambiental dentro do Quilombo.

Ademais, é de suma importância frisar que a localização geográfica da Marambaia, voltada para a Baía de Sepetiba, faz com que a comunidade receba grandes quantidades de lixo flutuante, trazido pelas correntes marítimas e pelos rios que deságuam na região. Esse lixo, muitas vezes composto por plásticos, embalagens e resíduos urbanos, não é gerado pela comunidade, mas acaba se acumulando nas praias e manguezais da ilha.

Diante desse cenário, os moradores organizam mutirões de limpeza ambiental, muitas vezes em parceria com projetos socioambientais, instituições acadêmicas e voluntários. Essas ações têm como objetivo não apenas a remoção dos resíduos, mas também a educação ambiental, o fortalecimento do senso de pertencimento e a valorização do território quilombola. A gestão dos resíduos sólidos na Marambaia, portanto, revela uma realidade complexa: por um lado, a comunidade demonstra capacidade de organização, cuidado com o meio ambiente e soluções criativas;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida na Ilha da Marambaia reforça que água e saneamento não são apenas questões técnicas ou de infraestrutura — são expressões de dignidade, pertencimento e resistência. A Comunidade Quilombola da Marambaia, com sua história marcada por ancestralidade e luta, nos ensina que o cuidado com o território é também cuidado com a vida.

Nesse sentido, se afirma que os territórios tradicionais e ancestrais necessitam da construção de políticas públicas voltadas para os recursos hídricos, que sejam pautadas na gestão comunitária desse bem natural, articulando saberes tradicionais, científicos e técnicos e as especificidades de cada comunidade, assim como não é possível se desobrigar os entes públicos à prestação dos serviços essenciais nesses territórios.

O projeto Refloresta Nascentes surge como uma estratégia concreta de reconstrução da gestão do território, especificamente dos recursos hídricos, objetivando a melhoria da qualidade de vida na ilha e o desenvolvimento da prática sustentável, de forma a articular saberes tradicionais e científicos em prol da sustentabilidade. A oficina e o mutirão realizados demonstraram que soluções comunitárias, quando respeitam os modos de vida local, têm o poder de transformar realidades e fortalecer vínculos.

Por fim, cumpre salientar que ainda que o reconhecimento oficial do território quilombola represente uma conquista histórica, os desafios persistem, especialmente no acesso à água potável, ao saneamento básico e às políticas públicas que garantam condições dignas de vida. É urgente que essas demandas sejam atendidas com respeito à autonomia e à cultura da comunidade.

Este artigo é, acima de tudo, um convite à escuta e à valorização dos saberes ancestrais. Que ele possa inspirar novas ações, parcerias e políticas que reconheçam o protagonismo das comunidades quilombolas na construção de um futuro mais justo, sustentável e enraizado na memória.

REFERÊNCIAS

FIOCRUZ. Comunidade Quilombola da Ilha de Marambaia é pressionada pela Marinha, grupos acadêmicos e parte da imprensa com argumentos ambientalistas e preconceitos para sair de seu território, marco histórico do fim da escravidão no Estado. In: Mapa de Conflitos – Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 6 out. 2009.

Pereira, A., Silva, L., Lima, S., Neves, B. Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira. Org: Amílcar Araujo Pereira, Luciana Santos da Silva, Thayara Cristine Silva de Lima e Hudson Batista das Neves. – Rio de Janeiro: Fundação Vale, 2015.

Nascimento, Matheus de Oliveira. Assessoria Jurídica Popular no Território Quilombola da Ilha da Marambaia: Direito Insurgente, Antirracista, Contracolonialismo e Litígio Internacional Estratégico. Rio de Janeiro, 2025.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem a generosidade, a força e o saber ancestral da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia. Agradecemos profundamente a todos os moradores que resistem e contribuem para a permanência e dignidade da comunidade, compartilharam suas histórias de pai pra filho e nos permitiram aprender com suas vivências e resistências. Nosso reconhecimento especial vai às lideranças que, ao longo dos anos, mantêm viva a memória, a luta e a organização comunitária por meio da ARQIMAR - Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia. Em especial, agradecemos a: Dinonato de Lima Eugênio, primeiro presidente da ARQIMAR, cuja trajetória inspira e fortalece a organização quilombola; Vânia Guerra, Paulo Fernando dos Santos, Nilton Alves e Fábio Alves Marçal, por sua atuação firme e comprometida na defesa dos direitos da comunidade e na preservação dos saberes tradicionais; a toda a comunidade da Marambaia, que com coragem e sabedoria constrói diariamente um território de dignidade, cultura e sustentabilidade;

Aos parceiros do projeto: Associação de Pescadores e Maricultoras da Ilha da Marambaia - APMIM, Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Vale e o parceiro Roberto de Oliveira. Agradecemos a todos aqueles que se empenham na valorização da história quilombola no estado do Rio de Janeiro e em todo território nacional, bem como àqueles que se dedicam ao fortalecimento coletivo dos territórios quilombolas; Por fim, agradecemos ao projeto de extensão Atitudes Sustentáveis, coordenado pelo professor Anderson Moraes, pelo convite e pela oportunidade de realizar este trabalho. A parceria entre universidade pública e comunidade é um passo fundamental na construção de caminhos coletivos e transformadores.